

- **Insignia:** estampada/cunhada em liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac, constituída por uma cruz de quatro braços e oito pontas, circundadas por filete na cor dourada, esmaltadas nos dois braços horizontais nas cores preta (faixa central) e vermelha (faixa lateral) e nos dois braços verticais nas cores azul (faixa central) e verde (faixa lateral). Os tons das cores pintadas nos quatro braços deverão obedecer àqueles das bandeiras dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. O centro terá formato circular, dela constando uma faixa circular em azul royal com os dizeres em dourado "Mérito Judiciário" (parte superior) e "Tribunal Regional Federal da 3.ª Região" (parte inferior). No círculo interior da medalha com fundo branco constará o mapa dos territórios dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul pintados com as cores das respectivas bandeiras. Reverso plano, em banho ouro e gravação em baixo relevo, na cor branca, do logotipo da Justiça Federal, com os dizeres "JUSTIÇA FEDERAL" e "TRF3". Argola em banho ouro para fixação no colar. Tudo em conformidade com o modelo digital (doc. SEI 11173064)

- **Fita:** de gorgurão de seda achamotada medindo 35mm de largura por 600 mm de comprimento tendo ao centro um filete cinza de 5mm, ladeado de um filete azul e outro verde, ambos com 15 mm de largura e, para garantir melhor adaptação do colar no uso, o meio da fita terá costura reforçada, em forma triangular, e neste ponto será presa a fivela que une a fita à Insignia. A fita será afixada por meio de fecho com colchete na forma de gancho em metal dourado. Tudo em conformidade com o modelo digital (doc. SEI 11173064)

- **Estojo:** retangular, com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado, medindo 20 cm de comprimento por 15 cm de largura e 3,5 cm de altura, revestido externamente com veludo na cor azul marinho, com fecho externo em metal dourado. A parte interna da tampa será revestida em cetim azul marinho e a parte interna do estojo composta por uma peça removível rígida com puxador em fita de seda azul marinho na parte superior e revestida por veludo na cor azul marinho com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender o Colar (insignia) na parte frontal e na parte traseira revestida em veludo azul marinho, sem o cetim da tampa encostando-se às peças quando fechado.

ANEXO II DA RESOLUÇÃO PRES N.º XX, DE XX DE XXXX DE 2025

- **Dizeres do Diploma:** (Armas da República) / República Federativa do Brasil / Poder Judiciário / Tribunal Regional Federal da 3.ª Região / Diploma / "Colar do Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região" / O Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, nos termos da Resolução PRES n.º (espaço), de (espaço) de (espaço) de 2025, e de acordo com a decisão do Conselho Deliberativo/Órgão Especial da Corte, em sessão de (espaço) de (espaço) de 2025, confere a (espaço) o "Colar do Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região", por relevantes serviços prestados à cultura jurídica e à Justiça Federal / São Paulo, (espaço) de (espaço) de (espaço) / Presidente do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região.

- Dizeres do Termo de Registro em livro próprio:

Aos ____ dias do mês _____ de _____, perante os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, reunidos em Sessão Plenária, comparece o(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) _____ para ser agraciado(a), recebendo o "Colar do Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região", pela contribuição com destacado mérito por relevantes serviços prestados à cultura jurídica e à Justiça Federal da 3.ª Região, instituído pela Resolução CATRF3 n.º _____, de ____ de _____ de _____, e de acordo com o artigo ____ da supracitada Resolução, conforme decisão do Conselho Deliberativo/Órgão Especial da Corte, _____, de ____ de _____ de _____. Eu, _____, Diretor(a) da Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado.

Presidente: _____

Agraciado: _____

RESOLUÇÃO PRES Nº 795, DE 14 DE AGOSTO DE 2025.

Altera o art. 2º da Resolução PRES 744, de 17 de outubro de 2024, que "Constitui a Comissão Multiprofissional" do "XXI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto e Juíza Federal Substituta da Terceira Região".

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 11, II, "e", e do artigo 317 do Regimento Interno deste Tribunal,

CONSIDERANDO o requerimento da Presidência da Comissão do "XXI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto e Juíza Federal Substituta da Terceira Região" para substituição de membro suplente representante da Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo na "Comissão Multiprofissional";

CONSIDERANDO a indicação efetuada pela Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo no Ofício GP 118/2025;

CONSIDERANDO o decidido na 510ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, realizada em 13 de agosto de 2025;

RESOLVE:

Art. 1.º Alterar o art. 2º da Resolução PRES nº 744, de 17 de outubro de 2024, que trata da composição da Comissão Multiprofissional do "XXI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto e Juíza Federal Substituta da Terceira Região", para substituir a nomeação do "Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Membro Suplente", nos seguintes termos:

"Art. 2º
....."

REPRESENTANTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

.....
Membro suplente

Doutor **HÉLIO RUBENS BATISTA RIBEIRO COSTA**

OAB SP 137.092

....." (NR)

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por **Luis Carlos Hiroki Muta, Desembargador Federal Presidente**, em 14/08/2025, às 23:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SJSP

DECISÃO Nº 12252937/2025 - DFORSP/SADM-SP/DICT/SUFT

Processo SEI nº 0017050-33.2024.4.03.8001

EMPRESA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.

1. Acolho os termos do Parecer n. 177/2025 – DICT/SUFT (doc. 12252745).

2. Em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aplico à empresa **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.** as seguintes sanções administrativas:

a) **ADVERTÊNCIA**, pelo atraso de 9 (nove) meses para o atendimento do chamado técnico para correção do problema dos relógios dos 3 (três) elevadores instalados no Juizado Especial Federal Cível de São Paulo, em violação ao item 2.2.3 do Anexo X do Edital do Pregão Eletrônico n. 036/2019, com fundamento na Cláusula Décima Oitava, item 1.1, alínea "a", do Contrato n. 08.333.10.20 c/c o art. 87, inciso I, da Lei n. 8.666/93; e

b) **MULTA COMPENSATÓRIA**, no valor total de **R\$ 1.857,98 (mil oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, pelos atrasos no atendimento dos chamados técnicos para intervenção corretiva no elevador EEL 42641, instalado no Juizado Especial Federal Cível de São Paulo, em violação ao item 2.2.3 do Anexo X do Edital do Pregão Eletrônico n. 036/2019, com fundamento na Cláusula Décima Oitava, item 1.1, alínea "c", do Contrato n. 08.333.10.20 c/c o art. 87, inciso II, da Lei n. 8.666/93.

3. Intime-se a empresa **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.**, por uma das formas previstas no art. 26, §3º, da Lei n. 9.784/99, para que se manifeste sobre a aplicação das sanções aqui mencionadas, interpondo **RECURSO ADMINISTRATIVO**, se assim desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a teor do disposto no art. 109, inciso I, *f*, da Lei n. 8.666/93, instruindo-se a intimação com cópia desta decisão e do Parecer em epígrafe.

4. Encaminhem-se os autos à Divisão de Manutenção Predial – DUMT para ciência desta decisão e do parecer acima epigrafado, bem como para que cientifique o fiscal do contrato.

5. Encaminhem-se os autos à Seção de Avaliação e Controle - SAVA para controle.

6. Publique-se.

Documento assinado eletronicamente por **Isadora Segalla Afanasieff, Juíza Federal Diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em exercício, em 14/08/2025, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PORTARIA DINF Nº 140, DE 08 DE AGOSTO DE 2025.

Art. 1º Considerando o pedido de vacância do servidor **GIOVANNI MANASSES MELLO DOS SANTOS**, conforme **Memorando 103 (12163553)**, solicito designar **como novos fiscais para os serviços de engenharia civil** do Contrato NI 04.886.10.25 (11663228), firmado com a empresa **TERRACOTA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.774.588/0001-73, cujo objeto é a contratação da prestação do serviço de elaboração de Projeto Arquitetônico e complementares para Reforma das Fachadas (Esquadrias e Paredes) do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo (JEF-SP) compreendendo: Levantamento Cadastral, Avaliação da Envolória, Estudo de Viabilidade e Preliminar, Anteprojeto, Projeto Básico, Projetos Legais e Projeto Executivo (inclusive Orçamento), os seguintes servidores: